

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A BRAM, gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 78 anos do Banco Bradesco aos seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços. No encerramento do exercício de 2020, a BRAM possuía sob gestão R\$ 611 bilhões distribuídos em 1.573 fundos de investimento

e 618 carteiras administradas, atendendo um total de 2.954.534 investidores. No exercício de 2020, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 113 milhões, correspondente a R\$ 12.098,15 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 836 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 14%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros. Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho. São Paulo, SP, 3 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2020	2019	Passivo	2020	2019
Ativo					
Disponibilidades (Nota 4)	10	10	Provisões	62.029	55.502
Instrumentos financeiros	927.842	844.382	- Outras provisões (Nota 10)	62.029	55.502
- Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	884.605	786.384	Impostos diferidos (Nota 22e)	407	329
- Outros instrumentos financeiros (Nota 6)	43.237	57.998	Outros passivos (Nota 12)	73.558	94.871
Créditos tributários (Nota 22c)	24.314	20.730	Total do passivo	135.994	150.702
Imobilizado de uso (Nota 7)	16.720	7.049			
Intangível (Nota 8)	9.223	8.236	Patrimônio líquido		
Depreciações e amortizações	(13.478)	(11.640)	Capital social (Nota 13a)	364.724	289.924
- Imobilizado de uso (Nota 7)	(6.665)	(5.806)	Reservas de lucros (Nota 13b)	470.787	433.880
- Intangível (Nota 8)	(6.813)	(5.834)	Total do patrimônio líquido	835.511	723.804
Outros ativos (Nota 9)	6.969	5.834			
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(95)	(95)			
Total do ativo	971.505	874.506	Total do passivo e patrimônio líquido	971.505	874.506

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2º Semestre	2020	2019		Capital Social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Totais
Receitas da intermediação financeira	7.249	20.411	39.291	Eventos				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 5c)	7.249	20.411	39.291	Saldo em 31.12.2018	250.000	21.357	301.666	573.023
Resultado bruto da intermediação financeira	7.249	20.411	39.291	Aumento de capital com reservas	40.000	(40.000)	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	85.633	166.284	212.749	Transferência de investimento	(76)	-	-	(76)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	183.478	366.292	407.012	Lucro líquido	-	-	152.304	152.304
Despesas de pessoal (Nota 15)	(60.342)	(134.405)	(112.896)	Destinações - Reservas	-	7.615	143.242	(150.857)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(22.559)	(41.118)	(41.186)	- Dividendos propostos	-	-	(1.447)	(1.447)
Despesas tributárias (Nota 17)	(14.441)	(29.820)	(34.967)	Saldo em 31.12.2019	289.924	28.972	404.908	723.804
Outras receitas operacionais (Nota 18)	289	2.599	1.699	Aumento de capital com reservas	74.800	(74.800)	-	-
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(792)	(2.775)	(3.974)	Lucro líquido	-	-	112.778	112.778
Despesas de provisões (Nota 11b)	-	5.520	(2.939)	Destinações - Reservas	-	5.639	106.068	(111.707)
- Trabalhistas	-	-	(651)	- Dividendos propostos	-	-	(1.071)	(1.071)
- Fiscais	-	5.520	(2.288)	Saldo em 31.12.2020	364.724	34.611	436.176	835.511
Resultado operacional	92.882	186.695	252.040	Saldo em 30.06.2020	364.724	31.771	382.762	779.257
Resultado não operacional (Nota 20)	-	(101)	(3)	Lucro líquido	-	-	56.794	56.794
Resultado antes da tributação sobre o lucro (Nota 22a)	92.882	186.594	252.037	Destinações - Reservas	-	2.840	53.414	(56.254)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22a)	(36.088)	(73.816)	(99.733)	- Dividendos propostos	-	-	(540)	(540)
Lucro líquido	56.794	112.778	152.304	Saldo em 31.12.2020	364.724	34.611	436.176	835.511
Lucro por lote de mil ações em R\$	6.092,47	12.098,15	16.338,02					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil				
	2º Semestre	2020	2019		Capital Social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Totais
Lucro líquido do exercício	56.794	112.778	152.304	Eventos				
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	-	-	-	Saldo em 31.12.2018	250.000	21.357	301.666	573.023
Resultado abrangente do exercício	56.794	112.778	152.304	Aumento de capital com reservas	40.000	(40.000)	-	-
				Transferência de investimento	(76)	-	-	(76)
				Lucro líquido	-	-	152.304	152.304
				Destinações - Reservas	-	7.615	143.242	(150.857)
				- Dividendos propostos	-	-	(1.447)	(1.447)
				Saldo em 31.12.2019	289.924	28.972	404.908	723.804
				Aumento de capital com reservas	74.800	(74.800)	-	-
				Lucro líquido	-	-	112.778	112.778
				Destinações - Reservas	-	5.639	106.068	(111.707)
				- Dividendos propostos	-	-	(1.071)	(1.071)
				Saldo em 31.12.2020	364.724	34.611	436.176	835.511
				Saldo em 30.06.2020	364.724	31.771	382.762	779.257
				Lucro líquido	-	-	56.794	56.794
				Destinações - Reservas	-	2.840	53.414	(56.254)
				- Dividendos propostos	-	-	(540)	(540)
				Saldo em 31.12.2020	364.724	34.611	436.176	835.511

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:
• **Softwares**: São registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuídos ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

h) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ativo UGC, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ativo UGC é agregado de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ativo é monitorado para fins de reporte interno.

Para avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para a qual o ativo está alocado. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores reconhecidos, mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

l - Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

k) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Disponibilidades em moeda nacional	10	10
Total de disponibilidades (caixa)	10	10

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação		

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimento	884.605	786.384
Total	884.605	786.384

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
b) Classificação por categorias e prazos		

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Títulos (1)		
Títulos para negociação:		
Cotas de fundos de investimento	126.226	531.412
Total geral	126.226	531.412

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
(1) No encerramento do exercício a Instituição possuía R\$ 884.395 mil (2019 - R\$ 786.206 mil) aplicados em fundos exclusivos da Organização; e		
(2) Nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.		

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ALVORADA COMPANHIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS	4
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM	6
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI	2

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição) tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras administradas, fundos de investimentos e outros assementados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do exercício estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Vale destacar que no primeiro semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020
Títulos de renda fixa	7.249	20.411
Total	7.249	20.411

d) Instrumentos financeiros derivativos

A BRAM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

6) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Taxa de gestão de fundos de investimento	35.690	50.543
Devedores por depósito em garantia	7.024	6.798
Tarifa de administração de carteiras	518	657
Outros	5	-
Total	43.237	57.998

7) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	R\$ mil			
	Custo líquido de depreciação		Custo líquido de amortização	
	Taxa	Custo	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	11.568	(2.071)	9.497
Sistema de processamento de dados	10%	4.233	(3.896)	337
Sistema de segurança e comunicação	20%	919	(698)	221
Total em 31 de dezembro de 2020		16.720	(6.665)	10.055
Total em 31 de dezembro de 2019		7.049	(5.806)	1.243

8) INTANGÍVEL

	R\$ mil			
	Taxa (1)	Custo	Amortização	Em 31 de dezembro de 2020
Software (2)	20%	9.223	(6.813)	2.410
Total geral em 31 de dezembro de 2020		9.223	(6.813)	2.410
Total geral em 31 de dezembro de 2019		8.236	(5.834)	2.402

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas; e
(2) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

9) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Impostos e contribuições a compensar	5.143	4.105
Adiantamentos e antecipações salariais	526	254
Despesas antecipadas com manutenção de sistemas	909	858
Despesas antecipadas com prestação de serviço financeiros	274	237
Certificados de investimento	99	99
Obras de arte	16	16
Outros	2	265
Total	6.969	5.834

10) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Provisão para pagamentos a efetuar	56.239	44.209
Provisões fiscais	3.604	9.012
Outras provisões	1.175	1.384
Provisões trabalhistas	1.011	897
Total	62.029	55.502

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS -FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da BRAM não têm valores individuais relevantes.

II - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

III - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	R\$ mil	
	Trabalhistas	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	897	9.012
Atualização monetária	114	112
Constituições líquidas de reversões e baixas	-	(5.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.011	3.604

(1) Compreende, substancialmente, Autuações de INSS sobre Aportes em Previdência Privada.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 73 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 71 mil) para os processos cíveis e R\$ 57.462 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 63.424 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações relativas às contribuições previdenciárias, relativos aos anos-bases de 2007 a 2009 e 2014 a 2015, sobre valores pagos a título de Participação nos Lucros ou Resultado - PLR e aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições, no montante de R\$ 41.567 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 40.563 mil); e
- Autuações de IRRJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 14.170 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 21.212 mil).

12) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	59.466	81.067
Impostos e contribuições a recolher	11.980	11.855
Sociais e estatutárias	1.071	1.447
Outros	1.041	502
Total	73.558	94.871

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 364.724 mil (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 289.924 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 (em 31 de dezembro de 2019 - 9.322.059) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal. Em 5 de junho de 2020, o Bacen homologou a AGO/AGE de 30 de abril de 2020 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 74.800 mil, sem emissão de ações.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Reservas de lucros	470.787	433.880
- Reserva legal (1)	34.611	28.972
- Reservas estatutárias (2)	436.176	404.908

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido acumulado no exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício	112.778	152.304
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(5.639)	(7.615)
Base de cálculo	107.139	144.689
Dividendos propostos	1.071	1.447
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	114,89	155,21

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de Ações.

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Gestão de recursos de terceiros	183.478	366.292	407.012
Total	183.478	366.292	407.012

15) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Proventos	39.462	80.634	80.542
Encargos sociais	13.614	39.018	16.485
Benefícios	7.001	14.327	15.490
Treinamento	265	426	379
Total	60.342	134.405	112.896

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Comunicações	8.035	15.512	13.240
Processamento de dados	2.822	5.396	4.698
Propaganda, promoções e publicidade	2.580	3.772	5.733
Aluguéis	1.753	3.380	3.032
Serviços de terceiros	1.614	2.792	2.843
Serviços técnicos especializados	1.295	2.449	3.073
Depreciações e amortizações	1.205	2.186	1.215
Manutenção e conservação de bens	136	266	412
Transportes	44	140	489
Despesas de material	21	58	152
Viagens	1	258	1.597
Outras	3.053	4.909	4.702
Total	22.559	41.118	41.186

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Contribuição à Cofins	7.561	15.453	18.952
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	3.810	8.442	11.171
Impostos e taxas	1.841	3.407	1.695
Contribuição ao PIS	1.229	2.518	3.149
Total	14.441	29.820	34.967

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Atualização de depósito	74	196	258
Reversão de provisões	27	2.132	1.295
Recuperação de encargos e despesas	2	2	20
Outras receitas financeiras	186	260	126
Total	289	2.590	1.699

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Outras provisões	385	385	-
Ressarcimentos a clientes	177	768	1.168
Despesas financeiras	32	112	1.183
Atualizações monetárias passivas	86	226	681
Multas	-	6	312
Outras	112	1.278	630
Total	792	2.775	3.974

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	-	101	3
Total	-	101	3

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador		Coligadas	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Ativos				
Disponibilidades (1)	10	10	-	-
Passivos				
Dividendos a pagar (2)	1.071	1.447	-	-

	Controlador		Coligadas	
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019
Receitas de prestação de serviço	-	-	21.855	28.178
Despesas de alugueis	-	-	(1.624)	(2.999)
Despesas com serviços prestados (1)	(426)	-	-	-

(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e
(2) Controlador Direto - Banco Bradesco BBI S.A.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.060 mil (2019 - R\$ 5.802 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 2.850 mil (2019 - R\$ 2.981 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabeleceu que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS	1.305	3.131	5.764
Total	1.305	3.131	5.764

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil		
	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.532	2.850	2.821
Total	1.532	2.850	2.821

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2021	14.249	8.549	22.798
2022	51	30	81
2023	51	30	81
2024	795	477	1.272
2025	51	31	82
Total	15.197	9.117	24.314

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, montou a R\$ 24.086 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 20.315 mil) de diferenças temporárias. Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil		
	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/ Baixa
Atualização de depósitos judiciais	329	78	-
Total dos impostos diferidos (Nota 22c)	329	78	407

23) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas. A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização. A BRAM possui estrutura e governança de gerenciamento de risco própria, da qual participam membros integrantes da Organização no acompanhamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

24) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado
Ativo					
Caixa e equivalentes a caixa	10	-	-	-	10
Instrumentos financeiros	169.463	531.412	-	226.967	927.842
- Títulos e valores mobiliários	126.226	531.412	-	226.967	884.605
- Outros instrumentos financeiros	43.237	-	-	-	43.237
Créditos tributários	-	11.400	11.399	1.515	24.314
Imobilizável de uso	-	-	-	-	16.720
Intangível	-	-	-	-	9.223
- Imobilizável de uso	-	-	-	-	(13.478)
- Intangível	-	-	-	-	(6.665)
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	(6.813)
Outros ativos	4.276	1.045	-	1.527	121
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(95)
Total em 31 de dezembro de 2020	173.749	543.857	11.399	230.009	12.491
Total em 31 de dezembro de 2019	190.677	33.348	7.486	639.329	3.666

Aos Acionistas e aos Administradores da

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

	R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado
Passivo					
Provisões	1.995	836	53.049	6.149	-
- Outras provisões	1.995	836	53.049	6.149	-
Impostos diferidos	-	-	-	407	-
Outros passivos	59.465	13.561	532	-	73.558
Total do passivo	61.460	14.397	53.581	6.556	-
Patrimônio líquido					
Capital social	-	-	-	-	364.724
Reservas de lucros	-	-	-	-	470.787
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	835.511
Total em 31 de dezembro de 2020	61.460	14.397	53.581	6.556	835.511
Total em 31 de dezembro de 2019	-	45.259	92.921	12.521	874.506

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes
De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 2020 foi de R\$ 112.778 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 113.022 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (244) mil, líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2020: I. Provisão de Reestruturação R\$ (244) mil.
Nosso resultado contábil em 2019 foi de R\$ 152.304 mil, onde o resultado recorrente foi de R\$ 153.711 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (1.407) mil, líquido de impostos, o qual não se espera que ocorra em exercícios futuros, abaixo detalhamos:

Eventos não recorrentes 2019: I. PDV - Programa de Desligamento Voluntário R\$ (1.040) mil; II. Provisão Trabalhista - R\$ (367) mil.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2020, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1);
- Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1);
- Resolução nº 4.720/19 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - R2); e
- Resolução nº 4.748/19 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Desde o dia 11 de março de 2020 foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países, ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia não gerou impacto significativo na Instituição.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata – Contador – CRC 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 16 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P-028567/F

Carlos Massao Takahashi
Contador - CRC 1SP206103/O-4

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA COMPANHIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS 4
BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM 6
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI ... 2

Ouvidoria

Exercite sua cidadania

A Imprensa Oficial, em sua constante busca por qualidade e transparência, disponibiliza um canal direto de comunicação com a sociedade.

www.imprensaoficial.com.br

io ouvidoria

ouvidoria@imprensaoficial.com.br
Rua da Mooca, 1921
Cep: 03103 - 902 São Paulo
www.imprensaoficial.com.br/ouvidoria.asp
(11) 2799 9687



BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 2º e 3º Andares, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 78 anos do Banco Bradesco aos seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do exercício de 2020, a BRAM possuía sob gestão R\$ 611 bilhões distribuídos em 1.573 fundos de investimento e 618 carteiras

administradas, atendendo um total de 2.954.534 investidores.

No exercício de 2020, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 113 milhões, correspondente a R\$ 12.098,15 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 836 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 14%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 3 de fevereiro de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
Ativo	2020	2019	2020	2019
Disponibilidades (Nota 4)	10	10		
Instrumentos financeiros	927.842	844.382		
- Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	884.605	786.384		
- Outros instrumentos financeiros (Nota 6)	43.237	57.998		
Créditos tributários (Nota 22c)	24.314	20.730		
Imobilizado de uso (Nota 7)	16.720	7.049		
Intangível (Nota 8)	9.223	8.236		
Depreciações e amortizações	(13.478)	(11.640)		
- Imobilizado de uso (Nota 7)	(6.665)	(5.806)		
- Intangível (Nota 8)	(6.813)	(5.834)		
Outros ativos (Nota 9)	6.969	5.834		
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(95)	(95)		
Total do ativo	971.505	874.506		
Passivo				
Provisões			62.029	55.502
- Outras provisões (Nota 10)			62.029	55.502
Impostos diferidos (Nota 22e)			407	329
Outros passivos (Nota 12)			73.558	94.871
Total do passivo			135.994	150.702
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 13a)			364.724	289.924
Reservas de lucros (Nota 13b)			470.787	423.880
Total do patrimônio líquido			835.511	773.804
Total do passivo e patrimônio líquido			971.505	874.506

A partir de janeiro de 2020, o Balanço Patrimonial está sendo apresentado por ordem de liquidez e exigibilidade em conformidade com a Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 02/20.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Receitas da intermediação financeira	7.249	20.411	39.291
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 5c)	7.249	20.411	39.291
Resultado da intermediação financeira	7.249	20.411	39.291
Resultado bruto da intermediação financeira	7.249	20.411	39.291
Outras receitas/(despesas) operacionais	85.633	166.284	212.749
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	183.478	366.292	407.012
Despesas de pessoal (Nota 15)	(60.342)	(134.405)	(112.896)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(22.559)	(41.118)	(41.186)
Despesas tributárias (Nota 17)	(14.441)	(29.820)	(34.967)
Outras receitas operacionais (Nota 18)	289	2.590	1.699
Outras despesas operacionais (Nota 19)	(792)	(2.775)	(3.974)
Despesas de provisões (Nota 11b)	-	5.520	(2.939)
- Trabalhistas	-	-	(651)
- Fiscais	-	5.520	(2.288)
Resultado operacional	92.882	186.695	252.400
Resultado não operacional (Nota 20)	-	(101)	(3)
Resultado antes da tributação sobre o lucro (Nota 22a)	92.882	186.594	252.037
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22a)	(36.088)	(73.816)	(99.733)
Lucro líquido	56.794	112.778	152.304
Lucro por lote de mil ações em R\$	6.092,47	12.098,15	16.338,02

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Lucro líquido do exercício	56.794	112.778	152.304
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	56.794	112.778	152.304

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2º Semestre	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	92.882	186.594	252.037
Ajustes ao lucro/(prejuízo) líquido antes dos impostos:	1.295	(3.760)	5.331
Depreciações e amortizações	1.205	2.186	1.215
Provisões trabalhistas e fiscais	86	(5.294)	3.619
Outros	4	(652)	497
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	94.177	182.834	257.368
(Aumento)/redução em títulos para negociação	(99.389)	(98.222)	(144.565)
(Aumento)/redução em outros instrumentos financeiros	(7.019)	14.760	(33.665)
(Aumento)/redução em outros ativos	(510)	(1.134)	14.633
(Aumento)/redução em outros passivos	20.856	12.475	(1.406)
(Aumento)/redução em outros passivos	2.008	664	1.429
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.362)	(98.923)	(91.204)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	221	12.454	2.590
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de imobilizado de uso	(12)	(10.020)	(570)
Aquisição de intangível	(209)	(987)	(1.155)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	(221)	(11.007)	(1.725)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Dividendos pagos	-	(1.447)	(1.172)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	-	(1.447)	(1.172)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(307)
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	10	10	317
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício	10	10	10
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	-	(307)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição) tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras administradas, fundos de investimentos e outros semelhantes, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do exercício estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões trabalhistas; perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Vale destacar que no primeiro semestre de 2020, houve revisão de premissas de determinados ativos devido ao cenário econômico atual impactado pela pandemia provocada pelo Covid-19. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de fevereiro de 2021.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo custo de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações de natureza, que são calculadas com base no método linear.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Impostos Diferidos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:
Software: São registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

h) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos a depreciação ou deterioração, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflète o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

As perdas por redução ao valor recuperável são calculadas com base nas projeções de resultados futuros baseadas nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflète avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

Os **provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias** são reconhecidos, a menção e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

• **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração.

Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital Social		Reservas de lucros		Lucros acumulados
	Total	Legal	Estututária	Total	
Saldos em 31.12.2018	250.000	21.357	301.666	-	573.023
Aumento de capital com reservas	40.000	-	(40.000)	-	-
Transferência de investimento	(76)	-	-	-	(76)
Lucro líquido	-	-	-	152.304	152.304
Destinações: - Reservas	-	7.615	143.242	(150.857)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	(1.447)	(1.447)
Saldos em 31.12.2019	289.924	28.972	404.908	-	723.804
Aumento de capital com reservas	74.800	-	(74.800)	-	-
Lucro líquido	-	-	-	112.778	112.778
Destinações: - Reservas	-	5.639	106.068	(111.707)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	(1.071)	(1.071)
Saldos em 31.12.2020	364.724	34.611	436.176	-	835.511
Saldos em 30.06.2020	364.724	31.771	382.762	-	779.257
Lucro líquido	-	-	-	56.794	56.794
Destinações: - Reservas	-	2.840	53.414	(56.254)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	(540)	(540)
Saldos em 31.12.2020	364.724	34.611	436.176	-	835.511



BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 62.375.134/0001-44

Sede: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 2º e 3º Andares, Vila Nova Conceição - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

III - Movimentação das provisões - Despesas de provisões

	Trabalhistas	Fiscais (1)	R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2019	897		9.012
Atualização monetária.....	114		112
Constituições líquidas de reversões e baixas.....			(5.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.011		3.604

(1) Compreende, substancialmente, Ações de Inss sobre Aportes em Previdência Privada.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "réu" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 73 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 71 mil) para os processos civis e R\$ 57.462 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 63.424 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Ações relativas às contribuições previdenciárias, relativos aos anos-bases de 2007 a 2009 e 2014 a 2015, sobre valores pagos a título de Participação nos Lucros ou Resultado - PLR e aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições, no montante de R\$ 41.567 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 40.563 mil); e
- Ações de IPJ e CSLL, relativos aos anos-bases de 2007 a 2010, lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 14.170 mil (Em dezembro de 2019 - R\$ 21.212 mil).

12) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	R\$ mil
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	59.466	81.067	
Impostos e contribuições a recolher.....	11.980	11.855	
Sociais e estatutárias.....	1.071	1.447	
Outros.....	1.041	502	
Total	73.558	94.871	

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 364.724 mil (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 289.924 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 (em 31 de dezembro de 2019 - 9.322.059) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

Em 5 de junho de 2020, o Bacen homologou a AGO/AGE de 30 de abril de 2020 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 74.900 mil, sem emissão de ações.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	R\$ mil
Reservas de lucros.....	470.787	433.880	
- Reserva legal (1).....	34.611	28.972	
- Reservas estatutárias (2).....	436.176	404.908	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido acumulado no exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	R\$ mil
Lucro líquido do exercício.....	112.778	152.304	
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(5.639)	(7.615)	
Base de cálculo.....	107.139	144.689	
Dividendos propostos.....	1.071	1.447	
Percentual em relação à base de cálculo.....	1,0%	1,0%	
Valor em Reais por lote de mil ações.....	114,89	155,21	

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de Ações.

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Gestão de recursos de terceiros.....	183.478	366.292	407.012	
Total	183.478	366.292	407.012	

15) DESPESAS DE PESSOAL

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Proventos.....	39.462	80.634	80.542	
Encargos sociais.....	13.614	39.018	16.485	
Benefícios.....	7.001	14.327	15.490	
Treinamento.....	265	426	379	
Total	60.342	134.405	112.896	

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Comunicações.....	8.035	15.512	13.240	
Processamento de dados.....	2.822	5.396	4.698	
Propaganda, promoções e publicidade.....	2.580	3.772	5.733	
Aluguéis.....	1.753	3.380	3.032	
Serviços de terceiros.....	1.614	2.792	2.843	
Serviços técnicos especializados.....	1.295	2.449	3.073	
Depreciações e amortizações.....	1.205	2.186	1.215	
Manutenção e conservação de bens.....	136	266	412	
Transportes.....	44	140	489	
Despesas de material.....	21	58	152	
Viagens.....	1	258	1.597	
Outras.....	3.053	4.909	4.702	
Total	22.559	41.118	41.186	

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Contribuição à Cofins.....	7.561	15.453	18.952	
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.....	3.810	8.442	11.171	
Impostos e taxas.....	1.841	3.407	1.695	
Contribuição ao PIS.....	1.229	2.518	3.149	
Total	14.441	29.820	34.967	

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Atualização de depósito.....	74	196	258	
Reversão de provisões.....	27	2.132	1.295	
Recuperação de encargos e despesas.....	2	2	20	
Outras receitas financeiras.....	186	260	126	
Total	289	2.590	1.699	

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Outras provisões.....	385	385	-	
Ressarcimentos a clientes.....	177	769	1.168	
Despesas financeiras.....	32	112	1.183	
Atualizações monetárias passivas.....	86	226	681	
Multas.....	-	6	312	
Outras.....	112	1.278	630	
Total	792	2.775	3.974	

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Prejuízo na alienação de outros valores e bens.....	-	101	3	
Total	-	101	3	

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Controlador		Coligadas		R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
Ativos					
Disponibilidades (1).....	10	10	-	-	
Passivos					
Dividendos a pagar (2).....	1.071	1.447	-	-	
	Controlador		Coligadas		R\$ mil
	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2019	
Receitas de prestação de serviço.....	-	-	21.855	28.178	
Despesas de aluguéis.....	-	-	(1.624)	(2.999)	
Despesas com serviços prestados (1).....	(426)	-	-	-	

(1) Controlador Indireto - Banco Bradesco S.A.; e
(2) Controlador Direto - Banco Bradesco BBI S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados: O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2020, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.060 mil (2019 - R\$ 5.802 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 2.850 mil (2019 - R\$ 2.981 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terá sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Remuneração e contribuição previdenciária para o INSS.....	1.305	3.131	5.764	
Total	1.305	3.131	5.764	

Benefícios pós-emprego

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.532	2.850	2.821	
Total	1.532	2.850	2.821	

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	92.882	186.594	252.937	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 9e).....	(37.153)	(74.638)	(100.815)	
Efeito no cálculo dos tributos:				
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(1.023)	(1.568)	(2.340)	
Outros valores (1).....	2.088	2.390	3.422	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(36.088)	(73.816)	(99.733)	

(1) Inclui basicamente as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre 2020	Acumulado em 31 de dezembro 2020	2019	R\$ mil
Impostos correntes:				
Imposto de renda e contribuição social devidos	(45.350)	(77.322)	(103.118)	
Impostos diferidos:				
Constituição/realização no exercício sobre adições e exclusões temporárias.....	9.262	3.506	3.385	
Total dos impostos diferidos	9.262	3.506	3.385	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(36.088)	(73.816)	(99.733)	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro de 2019	Constituição	Realização/Baixa	Em 31 de dezembro de 2020	R\$ mil
Provisão para participações no lucro/bonificações.....	14.473	18.549	(13.602)	19.420	
Provisões fiscais.....	2.612	45	(1.465)	1.192	
Provisões trabalhistas.....	359	46	-	405	
Outros.....	3.286	897	(886)	3.297	
Total dos créditos tributários (Nota 3e)	20.730	19.537	(15.953)	24.314	
Obrigações fiscais diferidas (Nota 22e).....	329	78	-	407	
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	20.401 </				